

Judith Butler

Quem
tem
medo
do
gênero?



5.

FEMINISTAS RADICAIS TRANSEXCLUDENTES E AS MATÉRIAS DE SEXO BRITÂNICAS

Quão crítico é o feminismo que critica o gênero?

Seria errado presumir que o movimento contra a ideologia de gênero assumiu uma forma única, tal como aparenta em diferentes regiões e países. Embora algumas redes religiosas e digitais conectem regiões diferentes, a constituição e o propósito dos movimentos antigênero se diferenciam conforme sejam gerados pela Igreja católica, pela Igreja Ortodoxa Russa, pelo sistema político evangélico dos Estados Unidos ou pelas igrejas pentecostais da África. Há também objeções ao “gênero” no interior de Estados muçulmanos, do judaísmo ortodoxo e de contextos seculares. No Reino Unido, a emergência de feministas que se opõem ao “gênero” – quase uma contradição em termos – dificultou todos os esforços para compreender o movimento antigênero como um movimento religioso conservador, embora a propensão de certas feministas a permanecerem aliadas às forças de direita nessa questão pareça indiscutível. O debate entre as feministas que se autodenominam “críticas ao gênero” e as que insistem que as alianças feministas devem incluir pessoas trans e gênero queer tornou-se uma questão de intenso conflito público, intimidação, campanhas de censura e alegações de ambientes de trabalho hostis. O futuro de alguns departamentos acadêmicos foi colocado em dúvida na medida em que se passou a exigir que as administrações ouçam grupos de autodenominadas feministas que se opõem à “ideologia de gênero” no currículo e outros que defendem seus próprios métodos, pedagogia e investigação contra um inimigo que deveria obviamente ser um aliado.

Por mais doloroso que seja descobrir feministas que, tanto na universidade como nos meios de comunicação, citam e validam voluntariamente as caricaturas dos estudos de gênero feitas pela direita, vale a pena considerar o porquê de ser esse o lugar em que elas encontram suas alianças, apesar de certas diferenças óbvias. A diferença entre os dois campos parece girar em torno de questões sobre quem pode ser considerado mulher ou homem, mas também sobre o que tais campos chamam de “matéria” do sexo, termo que sempre traz à tona a matéria do corpo e as discussões que o corpo apresenta. Embora as militantes antigênero entre as feministas não sejam, em geral, materialistas no sentido marxista, elas batem na mesa à maneira positivista, insistindo que quem defende a ideia de “gênero” nega a realidade material do sexo.

Assim, estão em discussão duas questões cruciais sobre o feminismo. A primeira: a política feminista é uma política de aliança? Afinal, poucas feministas concentram-se apenas no gênero, uma vez que a categoria já está de antemão enredada em relações de raça, classe, posição geopolítica, idade, capacidade, religião e história. Todas essas matérias se encontram no local do gênero, afetando a materialidade do corpo e até mesmo sua inteligibilidade. Quem aceita a política feminista como uma política de aliança não só defende as mulheres como também se opõe a todas as formas de opressão que se cruzam, afirmando que as mulheres negras e marrons vivem na intersecção de opressões que se agravam mutuamente, que as mulheres sofrem frequentemente de discriminação econômica e pobreza, que suas situações devem ser enquadradas conforme as desigualdades hemisféricas, à deterioração ou ausência de condições de trabalho e de atendimento de saúde e à exposição a diferentes modalidades de violência e dispensabilidade.

Essas feministas, que proposital ou inadvertidamente tentam minar o “gênero”, atacam as alianças das quais o feminismo participa, incluindo uma política de esquerda mais ampla que prioriza o enfrentamento da opressão de gênero, da exploração do trabalho das mulheres e a justiça sexual. As histórias extraordinárias do feminismo socialista e do feminismo negro no Reino Unido são apagadas pelas feministas antigênero a fim de focar uma única questão: por que o sexo importa. Infelizmente, para as militantes antigênero, a própria formulação – que deveria enviar uma mensagem unívoca, “o sexo é uma realidade material” – está inevitavelmente ligada a outra questão: por que essa insistência no sexo importa tanto agora? Por razões políticas, elas tentam

separar o sexo da matéria política do sexo, por isso, não é de admirar que surja a questão: a que função política serve tal insistência neste momento?

Para compreender por que motivo os debates se tornaram tão inflamados no Reino Unido, é preciso compreender a forma como o gênero, e os estudos de gênero, são caricaturados, e por que os esforços acadêmicos para expor a falsidade dessa caricatura têm sido tantas vezes deixados de lado. Paradoxalmente, a oposição ao gênero como uma construção social baseia-se em uma construção de gênero que pode ser demonstrada não só como falsa mas também como hostil e inflamatória.

Enquanto outras regiões do mundo estão produzindo coalizões fortes, como a Ni Una Menos, na Argentina, que inclui grupos trans, feministas e LGBTQIA+ que se opõem ao racismo, ao extrativismo e às estruturas capitalistas de dívida, terror financeiro¹ e desigualdade econômica, a situação no Reino Unido é um exemplo de divisão e oposição radicais, de esforços para fechar programas de estudos de gênero e associar acadêmicas do campo dos estudos de gênero a cenários de abuso. As razões para essa divisão são muitas, mas o próprio governo tem alguma responsabilidade, pois pediu ao público que debatesse os detalhes dos cuidados de saúde trans enquanto ele procurava formular e depois rever suas próprias políticas de saúde.

As feministas críticas ao gênero procuram contestar a identidade trans, particularmente as reivindicações de mulheres trans, ao defender que o sexo é real e que o gênero é construído, querendo com isso dizer tanto falso como artificial. Essa posição se equivoca na compreensão de construção social, e espero mostrar o porquê disso adiante neste livro. Mas a ideia de que o gênero é uma falsificação ou “ideologia” é uma ideia que elas adotaram, ainda que isso signifique romper com uma história longa e internamente diversificada de compromissos feministas com o termo. Embora os debates públicos no Reino Unido tenham distinguido cada vez mais as feministas, por um lado, e as defensoras dos estudos de gênero, por outro, tal distinção é absurda e contribui para a divisão que as feministas radicais transexcludentes (Terfs*) procuram exacerbar. O estudo do gênero faz parte do feminismo e os debates sobre direitos trans e construção social se dá entre acadêmicas e ativistas que efetivamente representam diferentes posições feministas. Para o bem ou para o mal, uma vasta gama de posições pode ser denominada “feminista”, e não faz sentido permitir que uma facção que tem a censura e a retirada de direitos

entre seus objetivos reivindique o termo. Agir como se feminismo e gênero fossem opostos é aceitar os termos propostos pelas feministas transexcludentes, ou Terfs. Elas querem que sua visão particular represente todo o feminismo, mas isso não pode acontecer, justificadamente. Trata-se de uma forma de feminismo que apoia ativamente a desrealização* das pessoas trans e se envolve em formas de discriminação que vão contra o compromisso com a igualdade que o feminismo tem defendido. Seria mais razoável concluir, portanto, que o feminismo transfóbico não é feminismo. Mas a verdade é: ele não deveria ser².

Com frequência, os termos públicos do debate desviam-se do fato de que muitas pessoas trans e suas aliadas são feministas, e que as posições transexcludentes representam uma forma de discriminação que quem as defende rejeitaria vigorosamente, caso fosse dirigida contra si. Tal como os esforços da direita para privar as pessoas trans de seus direitos de autodefinição, a mais cruel das posições transexcludentes também nega o direito de autoatribuição a mulheres e homens trans e escolhe como alvo trabalhadoras do sexo, cujos direitos de organização para obter atendimento de saúde e proteção contra a violência deveriam ser parte central de qualquer pauta feminista. Ao negar a realidade das vidas trans, as Terfs reivindicam direitos de propriedade sobre as categorias de gênero, especialmente a categoria mulheres, mas as categorias de gênero não são uma propriedade e não podem ser uma posse. As categorias de gênero precedem e excedem nossa vida pessoal. Categorias têm vidas sociais e históricas que não são iguais às que temos na condição de criaturas vivas. As categorias nos precederam e passam a nos influenciar quando recebemos um nome e uma atribuição de sexo, como aconteceu com a maioria de nós. Contudo, quando recebemos uma denominação de gênero, somos inseridos em uma classe de pessoas assim denominadas e, se mudamos nossa denominação, passamos para outra categoria cuja história ninguém possui individualmente. As categorias de gênero mudam ao longo do tempo, e o feminismo sempre se baseou no caráter historicamente mutável das categorias de gênero para exigir mudanças na forma de definir e tratar as mulheres e os homens. Se essas fossem categorias atemporais, não poderiam ser redefinidas, o que implicaria que tudo o que a categoria “mulheres” já significou ela significaria para sempre. Isso jogaria o feminismo e a história na lata de lixo. A descrição de Joan W. Scott de 1988 permanece mais que aplicável: “Homem’ e ‘mulher’ são, ao mesmo tempo,

categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas”³.

Se tais categorias fossem entendidas como formas de propriedade pertencentes a indivíduos ou classes, as relações de propriedade – e o capitalismo – já teriam capturado antecipadamente o referencial em que procuramos a mudança. A negação dos direitos trans à autodeterminação devolve as pessoas trans a seus nomes mortos, negando sua existência, ao mesmo tempo que alega, de forma paternalista, conhecer a verdadeira realidade existencial das pessoas trans melhor que elas mesmas.

Para ser mais precisa, algumas feministas transexcludentes autodenominam-se feministas “críticas ao gênero” porque, segundo elas, a política antitrans não está no centro de suas preocupações. Uma das principais defensoras do feminismo “crítico ao gênero”, Holly Lawford-Smith, argumenta que é o sexo, e não a identidade trans, que está no centro de sua preocupação, pois a opressão com base no sexo sempre foi a marca distintiva daquilo que as feministas críticas ao gênero agora chamam de “feminismo radical”, vendo a si mesmas como a encarnação contemporânea dele⁴. Lawford-Smith enumera várias feministas radicais como precursoras do feminismo “crítico ao gênero”, incluindo Ti-Grace Atkinson, Andrea Dworkin e Catharine MacKinnon, mas as provas fornecidas para embasar essa afirmação não contam a história toda. O relato de MacKinnon sobre o caso *Oncale vs. Sundowner* (1997) e tanto as experiências literárias de Dworkin quanto a publicação de um depoimento dela sobre sua aliança com pessoas trans contestam a afirmação de que essas duas feministas são antigênero e antitrans, respectivamente⁵. Dworkin escreveu: “Somos, claramente, uma espécie multissexual cuja sexualidade se espalha ao longo de um vasto *continuum* em que os elementos chamados macho e fêmea não são descontínuos”*. Talvez possamos ao menos admitir que, na história do feminismo radical, há quem não subscreva a tese do dimorfismo biológico. Na verdade, o legado transafirmativo no interior do feminismo radical foi colocado em primeiro plano como o precursor inestimável do “trans*feminismo”, na formulação de Jack Halberstam⁶.

Curiosamente, Lawford-Smith recorre a MacKinnon para construir seu ponto de vista, mas MacKinnon foi clara quanto ao fato de que o gênero é

produzido por meio de formas de poder patriarcal e poderia mudar quando essas formas de poder fossem contestadas. Lawford-Smith observa acertadamente que MacKinnon apresentou uma crítica ao essencialismo na seguinte declaração:

Como o poder masculino criou na realidade o mundo ao qual se referem as percepções feministas, quando estas são precisas, muitas das nossas declarações vão capturar essa realidade [...]. uma mulher “é” aquilo que se *fez* a mulher “ser” [...]. Se o poder masculino faz o mundo como ele “é”, teorizar essa realidade exige capturá-la para submetê-la à crítica e, portanto, à mudança [...].*

Aqui entendemos que a crítica está ligada à *mudança* e não apenas a uma atividade de desmascaramento. Mas também que o gênero é produzido por meio de determinadas estruturas de poder, o que, sinto muito, significa que o gênero é construído. À medida que o poder é contestado e desafiado, o gênero também muda e, eu acrescentaria, as transformações do gênero podem efetivamente ser uma forma de contestar o poder patriarcal. A passagem que Lawford-Smith escolhe para mostrar que as feministas “críticas ao gênero” não são essencialistas pressupõe que MacKinnon está do seu lado, mas o legado de MacKinnon sobre gênero, trabalhando dentro de um referencial marxista, na verdade é bastante diferente. MacKinnon estava enfaticamente desinteressada no que uma mulher é, a não ser pela forma como ela é tratada, e nunca pensou que teríamos de responder a essa questão para promover a jurisprudência feminista. Dentro da lei, ao menos, o sexo torna-se uma questão de tratamento específico, incluindo danos específicos. *Oncale vs. Sundowner* (1997) é um caso em que um homem chamado Oncale, tratado como afeminado por seus assediadores no trabalho, argumentou que estava em uma posição que lhe possibilitava, segundo a lei de assédio sexual, abrir um processo por ter sido prejudicado por discriminação sexual. Embora alguns tribunais tenham argumentado que o assédio sexual ocorre, por definição, quando homens assediam mulheres, MacKinnon, uma das autoras fundadoras da lei sobre assédio sexual, discordou:

Se os atos são sexuais e prejudicam um sexo, eles são baseados no sexo, independentemente do gênero e da orientação sexual das partes. A resolução do Tribunal da Quinta Região ora em discussão baseia-se em concepções equivocadas da natureza de gênero do abuso sexual de homens, particularmente sua conexão com a desigualdade das mulheres em relação aos homens e de gays e lésbicas em relação a heterossexuais. O estupro praticado por homens – seja a vítima homem ou mulher – é um ato de

dominação masculina, o que marca tais atos como obviamente baseados no gênero e torna incontestável o acesso de Joseph Oncale aos direitos de igualdade sexual.⁷

Citando a obra de Judith Lorber sobre gênero na década de 1990, MacKinnon ainda oferece sua própria versão da matriz heteronormativa dentro da qual o gênero binário tradicional foi estabelecido: “O gênero de uma pessoa com quem se faz sexo, ou com quem se supõe que se tenha feito sexo, é um elemento poderoso para saber se alguém é considerado mulher ou homem na sociedade”⁸. Consideremos, agora, esta afirmação retirada de “Feminism, Marxism, Method, and the State” [Feminismo, marxismo e o Estado] (1982): “A sexualidade, então, é uma forma de poder. O gênero, por ser construído socialmente, incorpora-a, não o contrário. Mulheres e homens são divididos por gênero, transformados nos sexos *tal como os conhecemos*, pelas exigências sociais da heterossexualidade”*. Aqui, uma “feminista radical” mostra como uma análise da hierarquia sexual requer, na verdade, uma posição construtivista.

Ainda assim, havia muitas razões para contestar a leitura do caso Oncale por MacKinnon, conforme detalharam críticas como Katherine Franke ou Janet Halley em “Sexuality Harassment” [Assédio sexual]⁹. Mas estas críticas divergem quanto à forma como o gênero deve ser entendido e não quanto ao uso em si. Nessa disputa, foram encontradas diferentes formas de pensar sobre o gênero, tanto do lado feminista radical, se é que se pode chamar MacKinnon assim, como nas posições queer e feministas representadas de maneiras distintas por Halley e Franke. MacKinnon estava, na verdade, trabalhando com um referencial feminista socialista quando articulou sua compreensão da sexualidade e do gênero. As questões são decididamente mais complexas do que as proponentes críticas ao gênero admitiriam. O problema com a perspectiva de MacKinnon não era o fato de ela considerar o gênero útil, e sim o de tê-lo utilizado para articular uma visão estática da dominação sexual dos homens sobre as mulheres, concluindo que os homens foram construídos em uma posição dominante e as mulheres em uma posição subalterna. O que MacKinnon não conseguiu reconhecer, contudo, é que os gêneros não permanecem ligados às condições heteronormativas da sua emergência nem a versões de sexualidade totalmente organizadas pela dominação masculina.

Se as feministas críticas ao gênero desejarem ser críticas, elas deveriam refletir um pouco sobre a história do termo “crítica” e seu lugar nas lutas pela

transformação social. Uma crítica de algo não é simplesmente um modo de se opor a alguma coisa e pronto, ou de reivindicar sua abolição. Uma crítica da dominação masculina, por exemplo, mostra que a vida não precisa ser organizada por essa forma social. Com a crítica surge um novo modo de compreender o mundo, que pode ser essencial para as lutas pela transformação social e pela abertura de novos modos de vida possíveis. A crítica do binarismo de gênero, por exemplo, não afirmava que “mulheres” e “homens” estavam superados e eliminados. Pelo contrário, ela questionava por que o gênero está organizado desse modo e não de outro. Era também uma forma de imaginar viver de outra maneira. A crítica ao binarismo de gênero acabou dando origem a uma proliferação de gêneros para além das versões binárias estabelecidas – e para além da hierarquia de gênero a que o feminismo justificadamente se opõe. De fato, não há razão para nos aliarmos a posições que se opõem ao “gênero” a fim de restaurar a ordem patriarcal e a hierarquia de gênero. E, no entanto, a continuidade do discurso da “ideologia antigênero” coloca as “feministas radicais” contemporâneas em uma posição de lamentável cumplicidade com os objetivos fundamentais do novo fascismo.

Para dizer a verdade, enquanto a direita se refere à sua posição como de “combate à ideologia de gênero”, as feministas transexcludentes enfocam a “ideologia da identidade de gênero”, talvez para marcar uma diferença, mas deixando o eco ressoar com políticas de direita, muitas vezes fascistas. As feministas transexcludentes atacam o conceito de gênero e reivindicam um regresso ao sexo, mas devemos então pressupor que a “identidade de gênero” capturou todo sentido possível de gênero, incluindo discussões, por exemplo, sobre a divisão do trabalho por gênero no interior do capitalismo, que certamente seriam relevantes para feministas dignas desse nome? Elas preferem “críticas ao gênero” a “transexcludentes” e “Terfs”, mas compreenderam mal e distorceram a história e o significado de “crítica”, por isso temos de usar “transexcludente”. Quando argumentam que trans não é o problema, e sim “sexo”, elas se referem ao sexo biológico, que, argumentam, está sendo apagado pela ideia de identidade de gênero (consideraremos essa questão do sexo biológico no próximo capítulo). A “ideologia da identidade de gênero” que elas atacam, no entanto, tem tudo a ver com a condição das pessoas trans. Lawford-Smith até revela que o que está em questão são realmente a identidade e as reivindicações trans, como admite em sua ressalva: “O feminismo crítico ao gênero não ‘diz respeito’ a trans. Diz respeito a sexo. Mas, como diz respeito a

sexo, entra em conflito com a ideologia da identidade de gênero, que está no cerne do ativismo trans”. Podemos concluir que no cerne do feminismo crítico ao gênero está um ataque ao cerne do ativismo trans. O silogismo permanece, apesar da retórica que transforma em ressalva o que ele afirma claramente.

O mais preocupante, no entanto, é a insistência em que o feminismo destrua seu próprio referencial à custa de todas as coalizões a que pertence e que constituem suas promissoras conexões com a justiça racial e as lutas antifascistas, entre outras. Será que o apelo de Bernice Johnson Reagon pelas difíceis coalizões chegou a ser incluído no plano de estudos “críticos ao gênero”? Foi nele que Reagon, dirigindo-se às mulheres negras que defrontavam o racismo feminista branco, elaborou a dificuldade e a necessidade de permanecer em coalizão com quem pode muito bem representar uma ameaça à sua vida. Foi nele também que os limites do feminismo radical, alheio às lutas contra a sujeição racial, foram decisivamente revelados para muitas de nós. Ao mesmo tempo que acreditam estar garantindo as bases para o feminismo ao pôr em foco o “sexo”, elas se aliam a outros discursos raciais implicados nos discursos biológicos. Para Sophie Lewis, acadêmica e jornalista feminista, o feminismo radical transexcludente do Reino Unido é obcecado por “realidades biológicas” de modo a dar continuidade a “uma longa tradição do feminismo britânico de interagir com o colonialismo e o império”. Ela salienta que impor o binarismo de gênero em bases “biológicas” serviu a objetivos convergentes de heteronormatividade e dominação colonial¹⁰.

*

As feministas críticas ao gênero querem inverter o debate dentro do feminismo, reivindicando a propriedade do próprio termo. Sua oposição à legislação e aos currículos transafirmativos recorre ao mesmo tipo de discriminação e censura que está acontecendo na direita. À primeira vista, é impressionante e triste ver feministas se envolverem em atos de discriminação depois de tantos anos de luta por leis contra a discriminação sexual. É paradoxal ver que juízes conservadores da Suprema Corte asseguram os direitos trans contra a discriminação com base na legislação existente sobre discriminação sexual enquanto as feministas que reivindicam a propriedade das categorias de sexo exercem uma prerrogativa paternalista para despojar pessoas de seu direito à

autodefinição com o objetivo de combater um ataque fantasmático à “condição da mulher”.

As feministas transexcludentes afirmam que as mulheres trans não podem ser mulheres ou que talvez pertençam a uma ordem de mulheres de segunda classe. Fora isso, elas tirariam algo das mulheres assim designadas no nascimento. Quando as Terfs afirmam que seu gênero está sendo apropriado, admitem, na verdade, que pensam em seu sexo como propriedade, algo que lhes foi roubado; mas, se elas continuam existindo nos gêneros que possuem, então, o que mudou exatamente? Será que algo foi realmente perdido ou retirado? A autodefinição é uma antiga prerrogativa feminista, então, por que abrir mão dela agora em nome de uma autoridade ao mesmo tempo paternalista e possessiva? É difícil compreender por que motivo a vida de uma mulher trans ameaça de alguma maneira a vida de uma mulher que manteve sua atribuição original de sexo. Trata-se de dois caminhos divergentes, mas um não anula o outro.

Infelizmente, o argumento antitrans avança um passo além, ao insistir que as mulheres trans são predadores do sexo masculino disfarçados, ou que poderiam sê-lo¹¹. Nesse momento, a ideia de transfeminilidade é apresentada como um fantasma perigoso, na mesma linha que se vê no discurso de direita. Não se trata de pessoas que lutam para se autodenominarem, para viverem abertamente de acordo com o gênero de que são, solicitando direitos de acesso a atendimento de saúde e proteção legal contra a discriminação e a violência. Não, as mulheres trans aqui são predadores fantasmagóricos ampliados que exemplificam tudo o que há de mais perigoso na violência sexual masculina. Essa não é a primeira vez que feministas se aliam à direita. Vimos isso quando MacKinnon e Dworkin se aliaram às campanhas antipornografia, apoiando a direita cristã nos Estados Unidos bem no momento em que ela se voltou contra representações visuais lésbicas e gays tão importantes para esses movimentos¹².

As perspectivas de coalizão parecem, de fato, fracas quando tais reivindicações amplificam fantasmas que se fortalecem à medida que circulam. As redes sociais só pioram a situação, uma vez que as acusações e denúncias disseminam-se livremente, sem responsabilização pessoal, e reputações são despedaçadas com uma facilidade surpreendente. A debacle como um todo é particularmente alarmante, dado que as campanhas contra a ideologia de gênero na direita têm como alvo tanto o feminismo como os direitos trans,

mobilizando a fantasia psicossocial de que grupos feministas e pessoas trans irão “matar crianças” ou abusar delas, que desafiarão o caráter imutável da “família natural” e se desviarão das hierarquias patriarcais. À medida que o debate se intensifica, outro ator entra em cena, aparecendo primeiro como mero ruído de fundo: o Estado amplia seus poderes regulatórios e disciplinares sobre a questão da redesignação sexual, decidindo quais instituições podem oferecer cuidados de afirmação de gênero e quais serão os termos dos cuidados ou da patologização; o Estado amplia seu controle sobre as liberdades reprodutivas, restringindo os direitos de qualquer pessoa interromper uma gravidez; a máquina de guerra aumenta e, com ela, os ideais nacionais hipermasculinistas; os serviços sociais e a social-democracia são destruídos conforme as métricas neoliberais se tornam o único determinante de valor.

Como Trump, Orbán, Meloni, o Vaticano e todos aqueles da direita que recusam a autodeterminação como base para a redesignação sexual, as feministas transexcludentes argumentam que a mudança de gênero é um exercício ilegítimo da liberdade, uma extrapolação, uma apropriação, e por isso apoiam barreiras burocráticas, psiquiátricas e médicas ao exercício desse direito. O Vaticano pensava que eram os poderes criadores de Deus que estavam sendo roubados por ativistas do gênero; as feministas transexcludentes pensam que seus próprios corpos sexuados estão sendo apropriados por atores nefastos. E, no entanto, quando tudo se acalma, seus corpos ainda estão intactos, e nada lhes foi roubado. Muitas Terfs hesitariam em se identificar com a posição do Vaticano, mas suas crenças produzem o mesmo medo e repressão.

Por um lado, as pessoas trans, em especial as mulheres, encontram no feminismo radical contemporâneo uma negação de quem são, um esforço orquestrado para apagar a existência trans. Por outro lado, as feministas transexcludentes sustentam que sua propriedade legítima, seu sexo, está sendo tomado por “falsas” mulheres. Quem está realmente sendo prejudicada aqui? Na Espanha, as Terfs sustentam que “ser mulher não é um sentimento”, procurando, com tal frase, desacreditar as mulheres trans que dizem se sentir mulheres. Essas feministas alegariam que ser mulher não é um sentimento, mas uma realidade. Para mulheres e homens trans, porém, ser mulher ou homem também é uma realidade, a realidade vivida em seus corpos. A categoria “mulher” não diz de antemão quantas pessoas podem participar da realidade que descreve nem limita de antemão as formas que essa realidade pode assumir. Na verdade, o feminismo sempre insistiu: o que é uma mulher é uma questão

em aberto, uma premissa que permitiu às mulheres buscarem possibilidades que foram tradicionalmente negadas a seu sexo.

Mais importante ainda, o gênero não é simplesmente um atributo ou propriedade individual. Ninguém é dono do próprio gênero. Nascermos em gêneros mediante a atribuição de sexo e as expectativas sociais que a acompanham. Quem aceita esta afirmação como verdadeira aceita a ideia de gênero. É claro que algumas pessoas entre nós reivindicamos os gêneros que nos foram dados e, nesse sentido, nos tornamos do gênero que nos foi atribuído. Outras tentam expandir a categoria ou qualificá-la de certo modo, a fim de que ela funcione em sua vida. Outras, ainda, optam por uma designação diferente, que permite o tipo de florescimento que o gênero atribuído foraluiu. Pode-se reivindicar um gênero para si, mas este já excede inerentemente o domínio dessa pessoa. Ao dizer “sou uma mulher”, submetemo-nos a uma categoria que não foi criada por nós. No entanto, tentamos torná-la nossa ao mesmo tempo que tudo isso acontece para além da lógica da propriedade.

*

As lutas mutuamente danosas entre acadêmicas e ativistas feministas e trans no Reino Unido parecem ser as mais turbulentas da vida contemporânea, exceto talvez pela Espanha, onde os direitos trans são debatidos na Assembleia Nacional. Enquanto outras regiões do mundo estão produzindo coalizões fortes, que incluem grupos trans, feministas e LGBTQIA+ que se opõem ao racismo, ao extrativismo e às estruturas capitalistas de dívida e desigualdade econômica, como Ni Una Menos, a situação no Reino Unido exemplifica uma divisão e oposição radicais, esforços para fechar programas de estudos de gênero e para associar acadêmicas desse campo de estudos a cenas de abuso. As razões para essa divisão particularmente extrema são muitas, mas o próprio governo tem certa responsabilidade, pois pediu ao público que debatesse os detalhes dos cuidados de saúde a pessoas trans enquanto procurava formular e depois rever as próprias políticas de saúde.

O Estado é um ator particularmente poderoso nesse cenário, tanto na Espanha¹³, onde a lei trans foi debatida em 2023, como no Reino Unido, onde o debate tem acontecido desde que a Lei de Reconhecimento de Gênero foi

aprovada em 2004, implementada em 2005 e revisada em 2018¹⁴. Essa lei permitia que indivíduos cobertos pelo Serviço Nacional de Saúde (NHS, na sigla em inglês) mudassem de sexo se fossem tratados e aprovados por um médico ou um psicólogo registrado. A lei do Reino Unido não previa pessoas não binárias (mantendo, assim, o sexo estritamente binário) e, mesmo depois de entrevistar milhares de pessoas em 2018 que solicitaram reformas substanciais, o governo se recusou a desmedicalizar o processo em prol de outro, que aceitasse a autodeterminação como critério suficiente (a exemplo do que ocorre na Noruega, na Argentina, em Malta e na Irlanda, além de alguns estados dos Estados Unidos). Na verdade, o procedimento atual do Reino Unido desafia um conjunto crescente de normas internacionais que sustentam que um simples ato de autodeterminação deve ser suficiente para alterar o estatuto jurídico de uma pessoa, e que submeter pessoas trans e pessoas gênero-queer a vigilância, inspeção, diagnóstico e patologização elaboradas é tanto desnecessário como prejudicial¹⁵. A escritora trans britânica Shon Faye explica:

Dois anos depois da entrada em vigor da Lei de Reconhecimento de Gênero, um grupo de especialistas internacionais em direitos humanos reuniu-se em Yogyakarta, na Indonésia, para assinar os “Princípios de Yogyakarta”. Os Princípios pretendiam estabelecer o padrão internacional para a igualdade e dignidade de todas as pessoas LGBTQ. O Princípio 31 convoca todos os Estados a adotarem um “mecanismo rápido, transparente e acessível” de reconhecimento da identidade de gênero das pessoas. Afirmam ainda que “nenhum critério de elegibilidade, tais como intervenções médicas ou psicológicas, diagnósticos médico-psicológicos, idade mínima ou máxima, condição econômica, saúde, estado civil ou parental, ou a opinião de qualquer terceiro seja um pré-requisito para que a pessoa possa mudar o seu nome, sexo juridicamente reconhecido ou gênero”.¹⁶

Os anos subsequentes de debate sobre se o sexo pode, ou deve, ser redesignado e que tipos de cuidados de saúde, incluindo atendimentos psicológicos, jovens trans deveriam receber agravaram a situação no Reino Unido ao ponto da mania. Na disputa de 2022 pelo posto de primeiro-ministro, o Partido Conservador¹⁷ e as feministas “críticas ao gênero” defendem muitas das mesmas opiniões sobre a redesignação sexual apresentadas por ativistas antiaborto, Vaticano, Trump, Orbán, Meloni e outros conservadores e nacionalistas de direita. É de se estranhar que os ataques ao gênero no Reino Unido sejam frequentemente empreendidos por feministas que se dissociam das alianças LGBTQIA+ ou desejam dissolvê-las onde elas existem (preocupando-se com o fato de as lésbicas sofrerem ao participar de

coalizões, por exemplo)¹⁸. Elas desejam não apenas desacreditar a ideia de gênero em si mas também separar os estudos feministas dos estudos de gênero¹⁹. Temendo o apagamento e a expropriação, elas recusam alianças, imaginando-as como novas oportunidades para as hierarquias masculinistas prevalecerem.

Embora as feministas transexcludentes apresentem em sua crítica fundamentos distintos aos de seus homólogos da direita, eles partilham certos pressupostos. Por mais que possam desejar se desvincular dos estudos de gênero, ou provar que os pressupostos desses estudos estão errados, as Terfs na verdade são agregadas a eles pelas forças do crescente movimento contra a ideologia de gênero. As Terfs filiam-se involuntariamente às políticas de direita, algumas das quais abertamente fascistas, que contribuem para a fantasia psicossocial do “gênero”, e ainda assim, como feministas, também estão sob ataque das políticas de direita, em razão do modo como as visões feministas sobre reprodução e parentesco contestaram a família patriarcal. Em algum momento, elas terão de decidir se vão ou não se unir a outros grupos igualmente alvejados ou aprofundar as divisões entre aquelas pessoas cujas vidas acadêmica e política correm o risco de sofrer discriminação, violência e censura extrema.

A aliança entre as feministas antigênero e o ataque ao gênero feito pela direita reacionária merece uma discussão mais ampla, e abordarei essa questão controversa adiante, ao tentar defender novas coalizões e novos imaginários²⁰. Por ora, basta observar que as feministas “críticas ao gênero” têm procurado impor novos currículos em suas universidades, minando décadas de estudos e investigação reconhecidos por associações acadêmicas internacionais como o campo de estudos de gênero²¹. Os esforços delas são divisionistas e, embora por vezes apresentem argumentos em defesa de seu ponto de vista, o caráter polêmico de suas posições sugere que não são tão ponderadas quanto deveriam ser. As Terfs culpam “ativistas trans” por serem estridentes e por seus ataques nas redes sociais, e algumas dessas ofensas e ameaças são certamente injustificadas e autodestrutivas. Ao mesmo tempo, elas parecem não compreender que estão pondo em xeque a própria existência daquelas pessoas com quem discutem. Não é o mesmo que simplesmente ter um ponto de vista diferente e uma discordância razoável, já que a posição das Terfs está anulando as alegações que as pessoas trans fazem sobre sua vida, seus corpos e sua própria

existência. Os argumentos delas estabelecem uma aliança talvez involuntária com grupos de direita que efetivamente fechariam clínicas de aborto, erradicariam o feminismo, restringiriam os direitos LGBTQIA+ e censurariam a teoria crítica da raça e os estudos étnicos²². No contexto das pessoas trans, as Terfs opõem-se a reivindicações básicas de autodeterminação, liberdade e autonomia, direitos de proteção contra a violência e direitos de acesso ao espaço público e atendimento de saúde sem discriminação, todos estes direitos pelos quais elas, como feministas, lutam e dos quais, de resto, dependem. Não é de admirar que pessoas que enfrentam essa tentativa de anulação existencial às vezes gritem. Não ajuda o fato de que as feministas “críticas ao gênero” descrevem suas oponentes como estúpidas, pessoas que sofrem de falsa consciência, são movidas pela moda, doutrinárias e até totalitárias, aliando-se aos objetivos retóricos da direita cristã. Justamente porque não pensam em coalizões nem se preocupam com a melhor forma de combater a ascensão da direita, elas se refugiam em reivindicações identitárias e proliferam medos infundados, contribuindo para o fantasma antigênero.

Embora essa minoria feminista tenha tendência a se opor ao que chama de “ideologia da identidade de gênero” e não siga exatamente o Vaticano ou a oposição evangélica, elas nunca deixam de se diferenciar daquelas reivindicações. Algumas se autodenominam conservadoras e picham de “*woke*”, com o mesmo padrão reacionário, a “ideologia” de gênero como um todo. Às vezes, porém, identificam-se como feministas radicais, remontando a uma época em que “mulher” e “fêmea” eram termos sinônimos, e rejeitando a parcela do feminismo radical que se dedicava a compreender o gênero como categoria histórica, carregada de contexto, mas também portadora de ricos potenciais para o futuro²³.

Kathleen Stock, autora de *Material Girls* [Garotas materialistas], juntou-se a uma série de feministas críticas ao gênero para acusar de censura, pensamento de grupo e idiotice generalizada as acadêmicas e ativistas que trabalham com gênero. Referindo-se à neurociência em uma entrevista, Stock afirmou que a percepção de dois sexos é algo que o cérebro simplesmente executa. Eu não sabia disso. Como consequência, argumentou ela, ajudar crianças a compreenderem que uma pessoa a quem determinado sexo foi atribuído no nascimento pode optar por outra atribuição de sexo, a partir de sua experiência vivida de gênero, é, na opinião dela, distorcer potencialmente a percepção que

as crianças têm dos fatos, ou da verdadeira realidade – é faz mal às crianças! Sem interesse nas diversas maneiras como o “sexo” foi definido ou utilizado ao longo da história, Stock postula que temos, desde cedo, uma percepção imediata da realidade e que apenas uma ideologia falsificadora pode nos persuadir a aceitar uma ficção como realidade alternativa. A vida trans não é uma ficção ou, como afirma o Vaticano, “fictícia”, mas uma realidade vivida, que não é menos real por assumir diferentes formas históricas no tempo e no espaço. Mesmo que fosse uma ficção – o que pode ser considerado verdadeiro no caso, digamos, de *drags* –, a questão geral que preocupa teóricas literárias e filósofas especializadas em estética ainda se mantém: como as ficções comunicam verdades que não poderíamos compreender por outros meios?

Stock se diz ofendida pela resposta “tóxica” e “cruel” à sua opinião de que um homem trans não é um homem, uma mulher trans não é uma mulher e que a designação “mulher” deveria estar ligada à determinação da feminilidade biológica. Mas ela parece não compreender a toxicidade ou a crueldade que ela mesma traz para a mesa. É claro que Stock e J. K. Rowling estão, com razão, consternadas com a intimidação que sofreram on-line, e não tolerarei esse tipo de comportamento, não importa quem o faça. Certamente precisamos conversar melhor. Mas uma razão pela qual é difícil conversar melhor é que as Terfs negam a existência de pessoas que tiveram muitas dificuldades em obter reconhecimento social, proteção legal contra a discriminação e cuidados de saúde adequados e afirmativos. Nem Stock nem Rowling concordariam que estão negando a existência de alguém, mas isso porque acreditam ter a posse da única linguagem que produz a realidade, e qualquer pessoa que discorde delas está iludida. Desse modo, corroboram mais uma vez o discurso da direita sobre a vida trans.

Imagine que você fosse judeu e alguém lhe dissesse que você não o é. Imagine que você é lésbica e alguém ri na sua cara, dizendo que você está confusa, pois na verdade é heterossexual. Imagine que você é negra e alguém lhe diz que você é branca ou que não é racializada neste mundo ostensivamente pós-racial. Ou imagine que você é palestino e alguém lhe diz que palestinos não existem (e as pessoas fazem isso). Quem são essas pessoas que pensam ter o direito de dizer quem você é e o que você não é, que rejeitam sua própria definição de quem você é, que dizem que a autodeterminação não é um direito que você tem permissão para exercer, que submeteriam você a uma avaliação médica e psiquiátrica, ou a uma intervenção cirúrgica obrigatória, antes de se

dispor a te reconhecer pelo nome e pelo sexo que você escolheu, aos quais você chegou? A definição dessas pessoas é uma forma de apagamento, e o direito delas de definir você é aparentemente mais importante que qualquer direito que você tenha de determinar quem é, como vive e que linguagem mais se aproxima de representar quem você é. Talvez todas nós devêssemos nos retirar diante de alguém que nega a existência de outras pessoas que lutam pelo reconhecimento de sua existência, alguém que nega o uso das categorias que permitem a muitas de nós viver, mas se esse alguém tiver aliados, se tiver poder para orquestrar o discurso público e ocupar exclusivamente a posição de vítima, e se tentar negar seus direitos básicos, em algum momento você provavelmente *sentirá e expressará raiva*, e sem dúvida terá razão em fazê-lo.

Na explicação que J. K. Rowling publicou em 10 de junho de 2020 sobre as razões pelas quais começou a falar abertamente sobre questões de sexo e gênero, ela deixa claro que “a transição será uma solução para algumas pessoas com disforia de gênero”, mas depois apresenta duas séries de estatísticas para as quais não há referência bibliográfica. O fato de ela usar o termo “disforia” sugere se tratar de uma doença, um mau funcionamento, uma patologia a ser curada, e isso também aparece em sua discussão sobre o que chama de mulheres biológicas, contestando a diferença entre a atribuição de sexo e as diversas trajetórias das vidas generificadas.

Quando ela afirma que 60% a 90% dos indivíduos com disforia de gênero vão superar sua disforia, ela não nos diz se as pessoas citadas são pessoas masculinizadas, efeminadas, gênero-queer, travestis, trans, ou algo completamente diferente. Não podemos pressupor que a disforia de gênero se refere apenas a pessoas trans, por isso, mesmo que pudéssemos verificar as estatísticas mencionadas por Rowling, não seríamos convencidas por elas sem primeiro compreender quem está incluído no grupo. Na verdade, as taxas de arrependimento entre pessoas de todas as idades relativamente à transição de gênero são muito pequenas; Rowling não reconhece isso²⁴. Ela também afirma que “o argumento de muitos ativistas trans atuais é que, se você não permitir que adolescentes com disforia de gênero façam a transição, eles se matarão”. Ela age como se a afirmação fosse injusta ou falsa, mas e se for verdadeira? As evidências médicas mostram que uma grande dose de estresse e ansiedade é criada para jovens trans que não recebem cuidados de saúde, o que inclui serviços de saúde mental. A Associação Médica dos Estados Unidos [AMA, na

sigla em inglês], entretanto, discorda de Rowling nesse assunto²⁵. O suicídio nem sempre é uma consequência direta, mas seria errado e estranhamente cruel negar que ele de fato ocorre quando não há apoio social e médico disponível²⁶. Rowling cita o conhecido caso do psiquiatra David Bell, que renunciou a seu cargo na Tavistock, a clínica central de gênero em Londres, em protesto contra o tratamento médico de jovens trans. De acordo com Rowling, Bell sustenta que “as alegações de que as crianças se matarão se não forem autorizadas a fazer a transição não ‘se alinham substancialmente com quaisquer dados ou estudos robustos nesta área. Nem se alinham com os casos que encontrei ao longo de décadas como psicoterapeuta’”. Novamente, “os dados robustos” estão estranhamente ausentes nessa contundente declaração. E ao menos doze grandes associações médicas discordam, incluindo a Associação de Psiquiatria dos Estados Unidos [APA, na sigla em inglês]. É bom saber, claro, que Bell não encontrou essa situação em centros de tratamento como o Serviço de Desenvolvimento de Identidade de Gênero (GIDS, na sigla original) da Fundação Tavistock and Portman em Londres, mas as pessoas jovens que ele lá conheceu já tinham, por definição, acesso à assistência, ao menos até o Sistema Nacional de Saúde encerrar esse serviço em 2022²⁷. As estatísticas referem-se a jovens que não têm qualquer acesso a tais instituições. Assim como os argumentos da direita de que o fim da educação sexual, das performances de *drags* e dos cuidados de saúde para jovens trans são todos esforços para evitar causar mal às crianças, o argumento aqui abandona jovens trans, privando essas pessoas de atendimento de saúde e causando mal a elas. O mal é causado às pessoas jovens pelo argumento de que o mal está sendo evitado. O que se segue é um equívoco moral que produz medo e confusão sobre o que é o mal e de onde ele vem.

Rowling descreve de modo distorcido suas oponentes ao afirmar que elas contestam a realidade do sexo, ou melhor, ela lhes atribui tal afirmação, mas não apresenta fundamentos para essa atribuição. Suas observações são expostas como uma representação confiável da posição a que ela se opõe: “Se o sexo não é real, não há atração pelo mesmo sexo. Se o sexo não é real, a realidade vivida pelas mulheres em todo o mundo é apagada. Conheço e amo pessoas trans, mas apagar o conceito de sexo elimina a capacidade de muitas pessoas discutirem sua vida de maneira significativa. Não é ódio falar a verdade”. Com certeza não é. E, no entanto, o que é mesmo verdade aqui? É verdade que não

se pode mais falar de sexo se não o tratarmos como uma característica pessoal imutável? Se o sexo é legalmente atribuído e registrado e pode ser reatribuído e registrado novamente, não podemos concluir que a realidade do sexo mudou, ou que essa mudança agora faz parte da nossa realidade histórica? O sexo pode ser real e mutável, a menos que acreditemos que “a verdade” é sempre imutável e nunca histórica, uma proposição que mais uma vez aliará Rowling ao papado. Não estou certa de que a mutabilidade seja condição suficiente para afirmar que algo é irreal. O sexo é alterado por vários meios tecnológicos, incluindo cirurgias realizadas como parte de um processo de confirmação de gênero. Mas o sexo também tem uma história, como muitas historiadoras feministas corretamente enfatizaram. Mundo afora, a vida das mulheres, com as quais Rowling parece se preocupar, nunca dependeu de um conceito único de sexo, e é interessante e importante considerar as várias maneiras pelas quais os fatos do sexo são delineados e compreendidos.

A palavra inglesa “sexo” não é usada em todos os lugares, por isso torna-se importante perguntar, por razões linguísticas e antropológicas, como aquilo que é chamado de sexo é abordado em outras línguas e práticas. Até mesmo conceber o “sexo” como um *fato* – e não como uma relação, uma expressão, uma inflexão ou uma categoria – privilegia uma perspectiva em detrimento de outras. Além disso, a vida das mulheres, considerada globalmente, na verdade dependeu de mudanças nos sentidos históricos do sexo, uma vez que alguns dos mais antigos implicavam restrições sociais bastante significativas. Caso contrário, perdi aquele momento da história ou continuo vivendo em outro com uma sensação de inquietante estranhamento. Muitas pessoas presas a esses debates entendem que seu ponto de vista é uma verdade incontestável, e o debate aberto dificilmente avança quando todo mundo que com ele contribui simplesmente afirma a verdade do que diz e insiste que se trata de algo óbvio, de bom senso, e que todas as outras pessoas de alguma forma perderam a cabeça depois de serem vítimas de uma falsidade ideológica. E se, na verdade, *ninguém* disse que o sexo não é real, quando de fato algumas pessoas perguntaram em que consiste sua realidade? E mais: como essa realidade se estabelece? Estas são, eu apostaria, perguntas razoáveis, que especialistas de uma vasta gama de campos tentam responder há algum tempo. Ninguém invalidou a realidade ao fazê-las. Dizemos, por exemplo, que o mundo é real, mas em diversas disciplinas (filosofia, religião, física) também perguntamos: em que consiste essa realidade? É uma questão que pertence tanto à teologia quanto à

física, entre outros campos. Ou mais: como ela é criada e desfeita, e como difere ao longo do tempo, ou será que depende da perspectiva através da qual é vista? Todas estas são questões críticas, que levam a sério a “crítica”, que proponentes da crítica ao gênero não têm o hábito de perguntar nem de respeitar, e ainda assim pertencem à classe de questões fundamentais feitas pelas humanidades, e pela filosofia em particular.

Ativistas da causa trans, que seus oponentes muitas vezes tratam como um monólito com uma só perspectiva que se repete sem variações, têm diferenças significativas entre si quanto a manter “sexo” ou “gênero” como categorias operativas; há ativistas, como eu, que vislumbram um lugar para ambas²⁸. Por exemplo, quando a escritora trans Andrea Long Chu afirma ser “feminina”, ela está insistindo no sexo como a categoria que a descreve²⁹. Na verdade, ela pouco se interessa pelo reducionismo biológico, uma vez que defende que “a feminilidade é menos um estado biológico e mais uma condição existencial fatal que aflige toda a raça humana”, dando continuidade a uma longa tradição de feminismo distópico. Um ponto claro que daí decorre é que as categorias biológicas estão saturadas de significados, e sentiríamos falta deles se decidíssemos que apenas o gênero dá significado ao sexo. Minha opinião pessoal é diferente, mas com certeza é importante considerar a opinião dela. Da mesma forma, como vimos, a utilização de “sexo” na legislação sobre igualdade ou na legislação sobre discriminação sexual depende menos de uma visão consensual sobre as realidades biológicas que de uma capacidade de discernir como o sexo é utilizado em políticas que produzem desigualdade. Embora algumas pessoas trans se interessem por gênero, muitas estão mais interessadas na redesignação de sexo e em trabalhar com o sexo como uma categoria. As pessoas que se identificam como “críticas ao gênero” parecem não ter interesse ou consideração por essa dinâmica. Ao contrário, elas selecionam os exemplos que sustentam seus próprios preconceitos e que despertam seu próprio medo e o de outras pessoas, agindo como se estivessem apenas comunicando uma verdade óbvia e incontestável.

*

Quando Kathleen Stock se concentra em alguns casos de mulheres trans que são transferidas para prisões femininas e cometem violência sexual³⁰, ela tem o

cuidado de acrescentar que nem todas as mulheres trans fariam tal coisa. E ainda assim, ela, bem como J. K. Rowling, usa esses exemplos para explicar sua oposição à identidade trans. Se ela estiver interessada em quem sofre ataques na prisão, poderá perguntar com que frequência o são as pessoas trans, ou se migrantes e pessoas de minorias étnico-raciais são as mais frequentemente atacadas em prisões. E se sua preocupação for apenas com as mulheres, ela pode considerar que as mulheres pertencem a todas essas categorias, se beneficiam mais ao unirem-se em alianças com todas as pessoas que sofrem assédio, abuso, estupro e violência nas prisões e centros de detenção e procuram pôr fim a esse modo de violência. Com um pouco de pesquisa, Stock poderia entender que no Reino Unido há relatos de que uma pessoa trans encarcerada é agredida a cada mês³¹. Para compreendermos e nos opormos à violência de tais instituições, teríamos de compreender o leque de pessoas que sofrem, como sofrem e que correção e reparação são possíveis. E precisaríamos de uma análise política suficientemente atenta a todas essas formas de violência carcerária, incluindo o confinamento em solitária e a pena de morte. Stock usa apenas um exemplo de um contexto prisional para fazer uma generalização. Ao apelar à segregação sexual, em que o sexo é equiparado ao sexo atribuído no nascimento, ela rejeita a ideia de que a segregação sexual é como a segregação racial e imagina que as mulheres estarão protegidas sob tais circunstâncias. Mas as mulheres trans estarão protegidas sob essa rubrica? Ou será que sua exposição à violência e ao assédio nas prisões masculinas não é motivo de preocupação? Embora ela deixe claro que nem todas as mulheres trans são estupradoras, ela argumenta que, mesmo que uma porcentagem muito pequena venha a sê-lo, ou mesmo falsifique a condição trans para esse fim, deveria haver uma política de separação entre mulheres trans e mulheres designadas como mulheres no nascimento, presumivelmente porque a presença de mulheres trans é um perigo para as mulheres que não são trans.

Que suposições são feitas nesse argumento, e quanto do que é considerado argumento é um deslizamento fantasmático a serviço da promoção do medo? Essas suposições têm fundamento? A preocupação válida de Stock é a de que nenhuma mulher esteja sujeita a um possível estupro, e concordo que todo mundo deve partilhar dessa preocupação. Mas mesmo que a proteção das mulheres contra o estupro na prisão fosse o principal objetivo de Stock, será que ela não deveria consultar primeiro as estatísticas sobre agentes prisionais

homens que se envolvem precisamente nessa atividade, o que, por sua magnitude, deveria, de acordo com a lógica dela, levar a uma medida para que nenhum homem jamais trabalhasse como agente prisional em qualquer prisão feminina? Talvez ela tenha assinado petições nesse sentido ou escrito sobre essa política, mas não estou encontrando em minha pesquisa. E o que acontece com o abuso sexual infligido por mulheres (designadas como mulheres no nascimento) contra outras mulheres? Muitas pessoas denunciam abusos cometidos por mulheres, por isso não parece correto imaginar que apenas quem recebeu a designação de homem no nascimento seja capaz de cometer abusos ou agressões. O problema não é apenas que certas histórias e incidentes são colocados em primeiro plano e não outros, mas que tais incidentes dão início a uma cadeia de alegações que escala até que se chegue a uma imagem geral da realidade, mesmo que ela não passe de uma hipótese espectral que se destina a alimentar o medo e transformar toda uma classe de pessoas em bodes expiatórios.

Se a mensagem implícita é de que alguém que tenha um pênis, ou mesmo alguém que já teve um, irá estuprar, pois o pênis é a causa do estupro, ou de que a socialização das pessoas que têm pênis é a causa do estupro, certamente tais alegações deveriam ser debatidas. O estupro é um ato de dominação social e sexual, como argumentaram muitas feministas, decorrente de relações sociais que estabelecem a dominação masculina e o acesso não consentido aos corpos das mulheres como um direito e um privilégio. O motivo dessa dominação não é biológico; o corpo é, antes, organizado e permeado pelas eficientes relações de poder em ação. Sim, o estupro é uma penetração indesejada, que pode ser a de um pênis, de um punho ou de qualquer coisa que sirva como instrumento contundente. O instrumento não dá origem ao estupro, embora o faça acontecer. O estrangulamento requer as mãos, mas as mãos em si não são a razão pela qual alguém estrangula outra pessoa. A atividade do pênis ou de um instrumento contundente para praticar o estupro com certeza não é a causa do estupro, mas esse é um de seus possíveis instrumentos.

Certo estilo de argumentação mascara um cenário fantasmático organizador: o pênis da descrição é a causa e a condição do estupro e, sem a presença do pênis no recinto, o estupro não acontecerá. O estupro não se desenvolve naturalmente a partir da presença de um pênis, e sem dúvida nos seria proveitoso considerar quantos tipos de objetos e partes do corpo são usados para machucar e penetrar os corpos de outras pessoas sem o consentimento

delas. Quando o objetivo é a dominação pela posse, todo e qualquer instrumento servirá. Esse desejo violento não surge do pênis, mas às vezes é exercido por um pênis a serviço não de um impulso biológico, mas de um desejo social de dominação absoluta (uma perspectiva que, no passado, pertenceu ao feminismo radical, antes da apropriação reducionista biológica do termo). Com certeza nos beneficiaríamos se entendêssemos mais sobre como esse desejo de dominação emerge, tal como tantas feministas, antes da geração Terf, habilmente fizeram³².

O argumento de Stock para não permitir a entrada de mulheres trans em espaços de mulheres – uma posição abertamente discriminatória – parece basear-se na noção de que as mulheres se sentirão inseguras se houver um pênis no recinto. De onde vem essa ideia? Que poder é dado ao pênis nesse cenário e o que o pênis representa concretamente? O pênis é sempre ameaçador? E se estiver flácido ou apenas semiereto, ou se for a última coisa que passa pela cabeça de alguém? Quando criamos nossos filhos, recuamos diante de seus pênis como se eles fossem sempre e apenas ameaças potenciais às mulheres? Estou certa de que não é esse o caso, ou talvez eu devesse ter grandes esperanças de que não seja esse o caso. Apelar à segregação e à discriminação só pode parecer “razoável” quando essa interpretação fantasmática do pênis como arma organiza a realidade. Mas essa visão não pode resistir ao escrutínio crítico de como a analogia e a generalização funcionam nessa situação. Se encontrarmos provas, por exemplo, de que duas pessoas negras cometeram crimes, exigimos políticas sociais que façam toda a comunidade negra pagar por esses crimes? Ou se uma pessoa judia superfatura uma transação, estamos livres para generalizar sobre o caráter ganancioso de pessoas judias como classe? É evidente que não temos justificativa para fazer isso.

Os conservadores italianos, ao defenderem a política familiar, atacam tanto a ideologia de gênero quanto o Goldman Sachs, como se ambos estivessem evidentemente relacionados. Ambos são fantasmas que operam dentro de uma lógica conspiratória que, nesse caso, tem muitas das mesmas características de outros argumentos antissemitas³³. Na verdade, a única forma de estarem relacionados é através de uma suspeita conspiratória. Quando as ações de uma pessoa passam a representar todo o grupo do qual ela faz parte, uma convicção sobre a culpa coletiva começa a se formar: aquela pessoa agiu do modo como muitas agem, ou seu caso se torna exemplar para o grupo – uma forma ruim de

generalização que nos mostra como se forma o bode expiatório, um modo de reagir a um mal causando outro. Defender que, como alguns poucos membros de um grupo cometeram um crime, então todos os membros desse grupo deveriam estar sujeitos a uma política que nega sua identidade e seu desejo não é apenas uma falha de lógica, mas um alibi para formas de discriminação que podem resultar em formas fascistas de ataque.

Se o argumento é que mulheres trans são abusivas porque são, “na realidade”, homens, a suposição constante é a de que os homens são abusivos como classe, ou em virtude de seu pênis, e que em qualquer cenário são eles, os que foram designados como homens no nascimento, os verdadeiros abusadores. Para dar sentido a essa afirmação, teríamos de saber se todos os homens são abusadores potenciais ou efetivos, se são abusivos por causa de seu pênis, se homens trans com ou sem pênis fazem parte dessa classe de abusadores e se outros tipos de abusos são obstruídos por esse referencial bastante rigoroso para identificar quando e como isso acontece. Aparentemente, o argumento se baseia na ideia romântica de que as mulheres são apenas vítimas e nunca abusadoras, embora crianças com mães abusivas saibam como isso pode ser falso, assim como as sobreviventes de violência íntima e doméstica lésbica também sabem. Se o argumento apresentado é o de que as mulheres trans constituem um risco para as mulheres designadas mulheres no nascimento porque algumas das primeiras ainda têm um pênis, precisamos perguntar novamente como o pênis funciona para organizar e incitar uma fantasia de ameaça. Isso é muito diferente de imaginar que o estupro é causado pelo órgão biológico. Existem condições, contudo, em que imaginar o pênis como causa se torna convincente para algumas pessoas.

O que acontece, nos termos desse esquema fantasmático, com o leque de relações que as pessoas têm com o pênis (incluindo fantasias rivais), tanto por parte de quem o tem como por parte de quem não o tem? Se o estupro é imaginado como uma urgência biológica desenfreada produzida apenas nesse órgão corporal e por ele, as dimensões sociais da cultura do estupro não estariam sendo claramente mal interpretadas ou, na verdade, tragicamente elididas? A organização social da dominação patriarcal violenta assume muitas formas, incluindo métodos de brutalidade e assédio que não podem ser atribuídos a nenhum órgão.

Se as feministas críticas ao gênero nos pedirem, no espírito do realismo, para aceitarmos a realidade do pênis, podemos com certeza fazer exatamente isso.

Mas essa aceitação está longe de explicar por que os homens estupram, pois nada no órgão, por si só, produz estupro. O que o estupro faz por um homem, ou o que um homem espera que o estupro faça por ele? Tais questões não podem ser respondidas por uma abordagem puramente psicológica, pois o referencial para compreender por que alguns homens estupram é certamente a dominação masculina generalizada, que inclui direitos de acesso aos corpos que eles procuram controlar. Essa forma de dominação apoia ideais de poder masculino definidos em parte pela capacidade (pessoal e social) ou mesmo pelo direito de violar mulheres. O órgão é fantasmaticamente investido de poder social sob certas condições e, sob outras, se torna a sede de uma fantasia assustadora. Pode ser que o órgão em si raramente apareça nesse cenário, exceto por algum tipo de investimento fantasmático, pois, se os homens entendem que violar uma mulher é um direito, esse direito vem de algum lugar e é internalizado, se não incorporado, como uma capacidade e poder. Pode me chamar de feminista radical, se quiser, mas esse poder social era certamente entendido com clareza pelas gerações anteriores de feministas. Na verdade, as descrições apresentadas tanto por Rowling quanto por Stock atestam esse poder. A abordagem feminista transexcludente de banir quem tem pênis de banheiros e vestiários ou de impor prisões segregadas por sexo não faz sentido sem a compreensão dos poderes da fantasia que se apodera do órgão (incluindo aqueles trazidos pelos próprios homens com pênis), mesmo quando o órgão não é objeto de preocupação ou está, de fato, como ocorre para muitas mulheres trans, fora de jogo. Consideremos, pois, a ironia de que as mulheres mais temidas por terem um pênis podem estar entre as pessoas mais desinteressadas em tê-lo. Por que, entre todas as pessoas, são elas que devem carregar o peso da violência masculina? Mulheres trans, um dos grupos mais vulneráveis, um grupo que inclui mulheres com ou sem pênis, já se desidentificaram da masculinidade tradicional e, em muitos casos, se não na maioria, conhecem, sofrem e resistem à violência masculina no dia a dia. Que tolice, portanto, não perceber a viabilidade da aliança entre pessoas trans e feministas de todos os tipos, especialmente se considerarmos que muitas vezes nem sequer se tratam de grupos distintos. O transfeminismo deixa isso claro, baseando-se na abordagem interseccional desenvolvida pelo feminismo negro e desenvolvendo um novo referencial que vai além das divisões aqui consideradas³⁴. A masculinidade não tem de permanecer ligada ao quadro de

dominação e violação, como atestam muitas formas mais recentes de masculinidade, especialmente em comunidades queer e trans.

Em alguns momentos, Rowling parece saber disso, mas seu argumento muda de curso assim que ela apresenta a própria experiência pessoal e extrapola a partir dela. Afinal, pode valer a pena conhecer a motivação de uma pessoa para entrar em um debate público como esse, mas isso raramente é motivo suficiente para que todos concordem com o ponto de vista dela. Caso contrário, o subjetivo se converte no universal sem uma comparação com outras perspectivas ou uma resposta completa a questões razoáveis. Em seguida, Rowling mostra como a solidariedade pode e deve ser construída por aquelas que ela chama de mulheres, pressupondo que elas são assim designadas no nascimento, e mulheres trans, chegando a ressaltar que elas podem estar sujeitas ao mesmo tipo de violência. A reviravolta que ela dá no final desse excerto, no entanto, generaliza rapidamente a partir de incidentes específicos em direção a uma afirmação geral, de modo a romper os vínculos que ela tentou estabelecer entre mulheres de todos os tipos e ecoar involuntariamente a lógica da direita. Infelizmente, ela não reconhece mulheres *butch** e homens trans como vítimas de tipos de violência semelhantes. Rowling primeiro nos apresenta uma noção da história brutal de violência doméstica que ela sofreu para então extrair dessa terrível história um conjunto de conclusões que não parecem derivar dela. Eis suas palavras:

Consegui escapar do meu primeiro casamento violento com alguma dificuldade, mas agora estou casada com um homem verdadeiramente bom e íntegro, estou segura e protegida de uma forma que nunca, em um milhão de anos, esperava estar. No entanto, as cicatrizes deixadas pela violência e pela agressão sexual não desaparecem, não importa o quanto você seja amada e quanto dinheiro tenha ganhado. Minha tensão perene é uma piada de família – e até eu sei que é engraçada –, mas rezo para que minhas filhas nunca tenham os mesmos motivos que eu para odiar barulhos altos repentinos ou constatar a presença de pessoas atrás de mim sem tê-las ouvido se aproximando.*

Ela, então, esclarece que tem empatia por mulheres trans, um sentimento que, segundo ela, tem o potencial para a solidariedade e mesmo para a afinidade:

Se você pudesse entrar na minha cabeça e entender o que sinto quando leio sobre uma mulher trans morrendo pelas mãos de um homem violento, você encontraria solidariedade e afinidade. Tenho uma sensação visceral do terror que essas mulheres trans terão vivido em seus últimos segundos na terra,

porque também conheci momentos de medo cego quando percebi que a única coisa que me mantinha viva era o autocontrole hesitante de meu agressor. [...]

Acredito que a maioria das pessoas de identidade trans não apenas representa uma ameaça nula para as outras como também é vulnerável por todas as razões que descrevi. As pessoas trans precisam de e merecem proteção. Tal como as mulheres, elas estão mais sujeitas a serem mortas por parceiros sexuais. As mulheres trans que trabalham na indústria do sexo, especialmente as mulheres trans de minorias étnico-raciais, correm um risco ainda maior. Como qualquer outra sobrevivente de violência doméstica e violência sexual que conheço, não sinto nada além de empatia e solidariedade por mulheres trans que foram abusadas por homens.

Os sentimentos professados, de empatia e solidariedade, baseiam-se em uma analogia questionável. Os homens são violentos e as mulheres, especialmente as mulheres trans, correm alto risco de serem mortas por parceiros domésticos. Parece que a violência que preocupa Rowling é a violência doméstica perpetrada por homens. Mas e quanto a outras formas de violência social infligidas contra pessoas trans de forma mais ampla? O cenário doméstico da violência circunscreve o tratamento da violência nesses parágrafos. E quanto ao encarceramento, à patologização psiquiátrica, à violência nas ruas, à perda de emprego? O problema são os homens ou é a organização social do patriarcado e da dominação masculina? Os homens não seriam diferentes fora dessas ordens? As novas gerações de homens não estão mostrando sinais significativos de mudança? Os homens gays estão incluídos nessa categoria ou nem sequer são concebíveis dentro da categoria? E quanto aos homens queer, ou todos aqueles que se definem como transmasculinos? Homens transgênero?

Rowling prossegue, mas a solidariedade que ela acabara de anunciar desaparece rapidamente à medida que as mulheres trans se revelam homens, na opinião dela, o que as torna aliadas dos agressores e não das agredidas:

Por isso, quero que as mulheres trans estejam seguras. Ao mesmo tempo, não quero tornar meninas e mulheres por nascimento menos seguras. Quando você abre as portas dos banheiros e vestiários para qualquer homem que acredita ou sente que é uma mulher – e, como eu disse, os certificados de confirmação de gênero agora podem ser concedidos sem qualquer necessidade de cirurgia ou hormônios –, você abre a porta para todo e qualquer homem que deseje entrar. Essa é a simples verdade.

A segurança das meninas e mulheres “de nascimento” deve ser garantida em detrimento da segurança das mulheres trans? Se assim for, a segurança de um grupo teria de ser sacrificada por outro. Mas é mesmo necessário aceitar esse

ou/ou? E se o objetivo for manter *todas as pessoas* seguras e a tarefa for criar uma organização do espaço que torne isso possível? Para isso, seria necessário fazer parte de uma aliança ativa, empenhada em resolver problemas como esses. Manter as mulheres trans seguras, tão seguras quanto todas as mulheres e meninas, não é uma contradição, a menos que se acredite que as mulheres designadas como mulheres no nascimento estão em perigo por causa das mulheres cujo estatuto de gênero é publicamente alcançado por meio da autodeclaração, do reconhecimento social ou da recertificação médica e legal. De repente, a figura da mulher trans agressora parece representar todas as mulheres trans, e a categoria “mulheres trans” é simplesmente substituída por “homens”. As duas alegações parecem caminhar juntas, mas nenhuma lógica as vincula: as mulheres trans são reduzidas a homens e (todos) os homens são estupradores em potencial. Presumo que os homens designados como mulheres no nascimento podem, ou não, enquadrar-se na segunda generalização. Ou então, uma mulher trans ataca e, portanto, todas as mulheres trans são agressoras. As poucas que cometeram agressões – entre elas Karen White, presa por crimes sexuais no Reino Unido em 2018 – passam a representar o potencial de ataque que todas as mulheres trans representam, e a razão para isso é que as mulheres trans são, na verdade, homens, e os homens – ou seus pênis – são agressores³⁵. Essa redução e esse apagamento selvagens fazem que um caso represente o todo, dando lugar a uma generalização e, depois, a um pânico total, uma redução fantasmática dos homens não apenas a seus pênis, mas a pênis agressores. Sim, isso pode acontecer no sonho ou na ideação após o trauma, mas quando esse fantasma é apresentado como realidade social, a sintaxe do cenário fantasmático toma o lugar de uma análise cuidadosa da realidade social³⁶.

Não é feita qualquer distinção entre uma lei que permite a “qualquer homem” entrar em espaços específicos para meninas ou mulheres e aquelas mulheres e meninas que chegam a essa mesma porta após a transição e a autoidentificação como mulher. Que fique claro: a transição e a autoidentificação não são caprichos, e mesmo que uma pessoa opte por dar o passo de se autodeclarar legalmente, isso não significa que a realidade vivida do gênero seja uma escolha caprichosa, uma forma estratégica daquela pessoa entrar nos espaços das mulheres e fazer o que quiser com quem ela encontrar lá. Mesmo que se possa apontar alguns casos em que tais coisas ocorreram,

como esses números se comparam com as formas cada vez mais frequentes de violência sexual cometidas contra mulheres, lésbicas, gays, travestis e pessoas trans por homens – e pelos poderes de Estado – que sentem que estão em seu direito e poder³⁷? A exposição de uma mulher trans à violência em um espaço cheio de homens é muito maior que a ameaça que ela representa a outras mulheres que partilham de necessidade de proteção. Alguns estudos relatam que mulheres trans têm treze vezes mais probabilidade de serem agredidas nas prisões masculinas que os homens³⁸.

Após sinceras expressões de solidariedade a pessoas trans, especialmente as mulheres, Rowling se volta para um discurso repentino dirigido a uma segunda pessoa desconhecida que poderia ser o governo britânico ou talvez todo o movimento britânico que apoia despatologizar os procedimentos de certificação em favor do modelo de autodeclaração: “Quando você abre as portas dos banheiros e vestiários para qualquer homem que acredita ou sente que é uma mulher...”. *Qualquer homem?* Rowling deixa claro que as mulheres trans a quem ela acabara de professar solidariedade são, na opinião dela, *de fato, homens*, e que são falsificações perigosas. Ela professa solidariedade, portanto, a pessoas cuja existência ela está disposta a negar. Mas ela também deliberadamente interpreta de forma incorreta a Lei de Reconhecimento de Gênero, que exige, de fato, que as pessoas no exercício de seus direitos à autoidentificação, antes de serem autorizadas a fazê-lo, se submetam a vários tipos de protocolos ao longo do tempo. Ninguém age por capricho ou, no mínimo, essas seriam apenas poucas exceções. Uma mulher trans não é “qualquer homem” e, ainda assim, Rowling quer que a imaginemos dessa forma; ela é um dos muitos “homens” intercambiáveis que só estão interessados em invadir os espaços das mulheres e seus corpos. Na opinião de Rowling, qualquer sentimento subjetivo que leve mulheres trans a acreditarem que são mulheres não deve ser levado a sério. O “subjetivo” é considerado infundado, caprichoso, sem valor, mas também é estratégico, desavergonhado, desprezível e oportunista. Ao mesmo tempo, Rowling sem dúvida pede que sua própria subjetividade seja levada muito a sério. Tal como outras pessoas que se opõem ao gênero, Rowling se vê envolvida em contradições, suturando os elementos incongruentes de sua apresentação para confirmar que o que ela sofreu uma vez será o que todas as mulheres sofrerão se a categoria das mulheres for ampliada para incluir todas aquelas que de fato vivem de acordo com e como mulheres.

Tal desrespeito vergonhoso por parte de alguém que professa solidariedade a pessoas trans poderia ter terminado com esse gesto atarrador de zombaria, mas Rowling vai mais longe, identificando as mulheres trans com estupradores e recusando-se a verificar a velocidade e as camadas de sua fantasia, ou seja, que mulheres trans são realmente homens (cuidado!) e que os homens são estupradores ou estupradores em potencial (todos eles, *sério?*), em razão de seus órgãos (de que maneira?). Ela faz uma referência implícita ao debate no Reino Unido entre quem acredita que os processos de certificação médica e psicológica têm de ser concluídos antes que um Certificado de Identidade de Gênero possa ser emitido pelo governo, de um lado, e quem, de outro, seguindo um número crescente de governos e organizações médicas, opõe-se a esses processos muitas vezes burocráticos e patologizantes, e defende que a autodeclaração deve ser suficiente para justificar a emissão do certificado. A Escócia, a Argentina e a Dinamarca estão entre os Estados que fazem exatamente isso, mas muitos outros deram os mesmos passos em direção ao modelo de autodeclaração (um modelo que eu mesma utilizei para me tornar uma pessoa não binária na Califórnia)³⁹. Rowling deixou claras suas objeções a esse processo, insistindo que apenas quem toma hormônios, se submete a cirurgias e passa em todos os testes deveria ser habilitada a isso. Ela se nomeou juíza no caso, mas o que confere a ela tal qualificação? Enquanto o argumento a favor da adequação da autodeclaração respeita a dignidade e a liberdade de pessoas que buscam o reconhecimento social e jurídico em um sexo, ou um gênero, diferente daquele que lhes foi atribuído no nascimento, o modelo patologizante delega o poder de decidir o gênero de alguém às autoridades médicas e psiquiátricas, que são, muitas vezes, as menos equipadas para compreender as dimensões afirmativas da vida presentes na transição e no princípio de viver a própria verdade.

Crimes violentos são reais. A violência sexual é real. As consequências traumáticas também são reais, mas viver na temporalidade repetitiva do trauma nem sempre nos dá uma visão adequada da realidade social. Na verdade, a realidade do trauma que sofremos nos dificulta distinguir o que mais tememos do que realmente está acontecendo, o que aconteceu no passado do que está acontecendo agora. Torna-se necessário um trabalho cuidadoso para que essas distinções se estabeleçam de modo a possibilitar um julgamento claro. A obliteração dessas distinções faz parte dos danos do trauma. As associações com

as quais qualquer pessoa entre nós convive como resultado da violência traumática dificultam a navegação pelo mundo. Podemos sentir medo de certos tipos de aparência ou espaços, cheiros ou sons. Pode-se deparar com alguém que lembra a pessoa que cometeu a violência, mas não nos caberia nos questionar se essa nova pessoa deveria carregar o fardo da nossa memória, do nosso trauma? Ou deveríamos ter licença para atribuir culpa por associação porque sofremos um mal? Creio que não. Se ter sido vítima de trauma permite a alguém ver o cenário do trauma em todos os lugares, então parte da reparação é ser capaz de localizar o que aconteceu e aliviar a mente de associações incontrolláveis que, se não forem enfrentadas, difamariam todas as pessoas que evocarem uma associação com o material traumático.

As associações traumáticas operam por meio de proximidade, semelhança, ecos, deslocamentos e condensações. São a versão desperta de sonhos assustadores. Viver e lidar com as consequências da violência sexual é uma luta enorme, que requer apoio, terapia e uma boa análise política como parte do processo. Mas ninguém entre nós foi alvo de violação por toda uma classe, mesmo que às vezes a sensação seja essa. Recusar-se a reconhecer mulheres trans como mulheres porque se tem medo de que elas sejam, na verdade, homens e, conseqüentemente, estupradores em potencial é deixar o cenário traumático desconectado da própria descrição da realidade, é deixar que seu próprio terror e medo desenfreados afogue um grupo de pessoas que não merece isso e é deixar de compreender a realidade social em sua complexidade, ao mesmo tempo que também é deixar de identificar a verdadeira fonte do dano, uma percepção que poderia muito bem precipitar uma aliança no lugar da divisão paranoica. Se me convenci de que uma pessoa trans carrega ou representa meu trauma pessoal, realizei uma projeção e um deslocamento que tornam ainda mais difícil contar minha história, assim como a dela. As pessoas trans representam agora a violência do que aconteceu comigo, muito embora não estivessem lá, e outra pessoa, que é estranhamente anônima, e notavelmente um homem cis, com certeza estava. Ao fazer esse tipo de projeção, não estariam as feministas provocando uma forma de violência psíquica nas pessoas trans, associando-as ao estupro, sendo que elas mesmas também lutam para se libertar de uma miríade de formas de violência social? Se as feministas do tipo excludente negam a realidade das vidas trans e se envolvem na discriminação, na negação existencial e no ódio, procurando no trauma pessoal uma fonte para infligir novos danos, então elas cometem uma

injustiça em vez de forjarem uma aliança pela justiça. O feminismo sempre foi uma luta pela justiça – ou é, em sua melhor versão, justamente essa luta, formada em aliança e afirmando a diferença. O feminismo transexcludente não é feminismo, ou melhor, não deveria ser.

Recorri à psicanálise nas críticas precedentes ao feminismo transexcludente, mas espero mostrar que ela também nos oferece uma forma de sustentar uma abertura à natureza mutável das categorias de gênero. As feministas antitrans procuram paralisar a categoria mulher, bloqueá-la, erguer portões e patrulhar suas fronteiras. Em uma entrevista sobre o feminismo negro e a forma como a branquitude permeou o movimento feminista britânico, a professora e psicanalista Gail Lewis sugere que trans* representa uma oportunidade para reconsiderar como as categorias de gênero abrem questões fundamentais sobre o que podemos saber. Ela comenta em entrevista com Clare Hemmings:

se temos uma teoria sobre o assunto que diz que há muita coisa desconhecida e incompreensível, talvez possamos dizer que há muita coisa sobre a vida humana que é desconhecida e incompreensível. Todas essas tentativas de recorrer a essas categorias para encerrar algo, em um gesto para manter no lugar as valorizações hierárquicas da vida humana (e não humana) em torno de normatividades tóxicas, é também uma forma, um desejo inconsciente, de delimitar aquilo que não pode ser delimitado em sua totalidade [...]. Por isso, penso que a psicanálise oferece uma espécie de arquitetura para começar a explorar algumas dessas coisas.⁴⁰

Sobre as feministas antitrans, Lewis comenta que elas se voltaram contra a história das lutas feministas, uma história que nos pediu para suportar o que não podemos descrever ou entender completamente de acordo com as categorias que nos foram transmitidas: “E sim, é assustador, dismantelar as arquiteturas de sujeição pelas quais nos conhecemos é assustador, mas você precisa desfazê-las novamente, porque se retirar para a aparente segurança das mesmas normatividades contra as quais você protestou/nós protestamos com tanta determinação não irá salvar você, e elas irão me/nos destruir”. Aliás, a mesma categoria de que acreditamos precisar para viver é aquela que infligiu violência a outras pessoas, então, como poderíamos compreender a paisagem psíquica e social em que as duas coisas são verdadeiras?

Será que o feminismo pode se unir em uma aliança contra as forças de destruição em vez de se tornar uma força destrutiva aliada a outras forças semelhantes? Uma questão em aberto, mas que parece crucial responder de

forma afirmativa, dada a centralidade, para o novo fascismo, dos ataques cruéis contra mulheres, pessoas trans, gays e lésbicas, pessoas negras e marrons, que pertencem a todas estas categorias e nas quais todas estas categorias também vivem. As categorias precisam se abrir para que muita gente viva, encontre uma vida vivível, por mais que para aquelas pessoas que ainda não foram reconhecidas em seus termos seja importante se agarrar às categorias. Esse paradoxo persiste, e no paradoxo, como nos lembra Joan W. Scott, está a promessa.

¹ Ver Lucí Cavallero e Verónica Gago, *Uma leitura feminista da dívida* (trad. Luísa Acauan Lorentz e Vitória Gonzalez Rodriguez, Porto Alegre, Criação Humana, 2022).

* Terf é a sigla em inglês para *trans-exclusionary radical feminist*. O termo tem sido empregado também em língua portuguesa como abreviatura de feminista radical transexcludente. (N. T.)

* Desrealização refere-se, aqui, a um dos transtornos dissociativos descritos no 5º Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, na sigla em inglês), o transtorno de despersonalização/desrealização, e caracteriza-se por uma desconexão consigo (despersonalização) ou com o ambiente e as pessoas ao redor. Os transtornos dissociativos afetam a memória e a relação do indivíduo com as próprias emoções e identidade. Estão frequentemente associados à experiência de abusos e maus-tratos. (N. T.)

² Alyosxa Tudor, “The Anti-Feminism of Anti-Trans Feminism”, *European Journal of Women’s Studies*, v. 30, n. 2, 2023, p. 290-302.

³ Joan W. Scott, “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”, em *Gender and the Politics of History* (Nova York, Columbia University Press, 1988), p. 49. [Ed. bras.: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, jul.-dez. 1995, p. 93.]

⁴ Holly Lawford-Smith, “What Is Gender Critical Feminism (And Why Is Everyone So Mad About It?)”, *Hollylawford-smith.org*, 2 set. 2020; disponível on-line.

⁵ John Stoltenberg, “Andrea Dworking Was a Trans Ally”, *Boston Review*, 8 abr. 2020; disponível on-line.

* Andrea Dworkin, *Woman Hating: A Radical Look at Sexuality* (Nova York, E. P. Dutton, 1974), p. 183. (N. E.)

⁶ “Os sentimentos que [Janice] Raymond expressou em *The Transsexual Empire* [O império transexual] representavam apenas um grupo bem pequeno – embora eloquente e poderoso – de mulheres dos anos 1970 que também incluía Sheila Jeffreys e Mary Daly. De forma trágica, essa antipatia entre algumas feministas da segunda onda e as mulheres trans* delineou a arena do ativismo trans* contemporâneo, constituindo um obstáculo para construir uma coalizão nos Estados Unidos. Isso ocorreu à custa da aproximação com as muitas feministas radicais das décadas de 1970 e 1980 que, como Andrea Dworkin,

não viam as mulheres trans* como inimigas, que compreendiam que a categoria ‘mulher’ incluía as mulheres trans* e até, em alguns casos, defendiam hormônios e cirurgia gratuitos”; ver Jack Halberstam, “Toward a Trans*Feminism”, *Boston Review*, 18 jan. 2018, e “Trans* – Gender Transitivity and New Configurations of Body, History, Memory and Kinship”, *Parallax*, v. 22, n. 3, 2016, p. 366-75.

* Catharine MacKinnon, *Feminism Unmodified* (Cambridge, MA, Harvard University Press, 1987), p. 59. (N. E.)

⁷ Catharine A. MacKinnon, “Amici Brief for Petitioner”, reimpresso em *UCLA Journal of Gender and Law*, v. 8, n. 9, 1997, p. 15.

⁸ *Ibidem*, p. 32.

* Catharine A. MacKinnon, “Feminism, Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory”, *Signs*, v. 7, n. 3, 1982, p. 533. (N. E.)

⁹ Ver Janet Halley, “Sexuality Harassment”, em Janet Halley e Wendy Brown (orgs.), *Left Legalism/Left Critique* (Durham, NC, Duke University Press, 2002); Katherine M. Franke, “What’s Wrong with Sexual Harassment”, *Stanford Law Review*, v. 49, 1997, p. 735-6.

¹⁰ Ver Sophie Lewis, “How British Feminism Became Anti-Trans”, *The New York Times*, 7 fev. 2019. Lewis menciona a obra de Enze Han e Joseph O’Mahoney, *British Colonialism and the Criminalization of Homosexuality* (Londres, Routledge, 2018).

¹¹ Isso é válido não apenas para o Reino Unido, mas também para o Japão.

¹² Nan Hunter e Lisa Duggan, *Sex Wars: Sexual Dissent and Political Cultures* (Nova York, Routledge, 2006).

¹³ Sandrine Morel, “Spain Approves Gender Self-Determination with ‘Trans Equality Law’”, *Le Monde*, 17 fev. 2023; disponível on-line.

¹⁴ Parlamento Britânico, Gender Recognition Act 2004, *UK Public General Acts*, disponível em: <<https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2004/7/contents>>.

¹⁵ Princípios de Yogyakarta, disponível em <<https://yogyakartaprinciples.org/>>. [Ed. bras.: em *Princípios de Yogyakarta + 10*, 2017, disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/pfdc/midioteca/outras-publicacoes-de-direitos-humanos/pdfs/principios-de-yogyakarta-mais-10-2017-1/view>>.]

¹⁶ Shon Faye, “A Brief History of the Gender Recognition Act”, *Vice*, 16 out. 2018; disponível on-line. Ver Stephen Whittle, “The Gender Recognition Act 2004”, em James Barrett (org.), *Transsexual and Other Disorders of Gender Identity* (Oxford, CRC Press, 2007).

¹⁷ Quando estava atrás nas pesquisas, Rishi Sunak decidiu reunir o apoio da multidão, exclamando que a nova cultura *woke* torna impossível usar palavras simples como “mulher” ou “homem” ou “mãe” sem ofender alguém. A própria Liz Truss recusou-se a proibir a terapia de conversão trans, amplamente entendida como um protocolo cruel e prejudicial, se não um exemplo paradigmático de sadismo moral.

¹⁸ Kathleen Stock, “I Came Out Late—Only to Find That Lesbians Had Slipped to the Back of the Queue”, *The Guardian*, Londres, 12 mar. 2023.

¹⁹ Após o anúncio da Gender Critical Network [Rede Crítica ao Gênero] na Open University [Universidade Aberta], muitas pessoas se perguntaram se essa universidade ainda poderia ser razoavelmente chamada de “aberta”. S.J. Ashworth, ex-estudante da instituição, escreveu no *Medium*, em 18 de junho de 2021: “Assim como muitas pessoas, acredito que, se você vem atrás de qualquer um de nós, você vem atrás de todos nós. Isso não se aplica apenas à comunidade LGBTQ+, embora, claro, se aplique de forma mais profunda aí. As crenças críticas ao gênero – ou, como são mais comumente conhecidas, a transfobia – baseiam-se na misoginia. Estão sendo usadas como uma ferramenta não

apenas para dividir e destruir a comunidade LGBTQ+ mas também para derrubar o feminismo. Elas atacam recorrendo a velhos medos e bichos-papões, ressuscitando os pânicos morais do passado e plantando sementes de desconfiança em cada fresta e recanto. ‘Mulheres trans são todos homens predadores! Homens trans são apenas lésbicas confusas! Esses jovens confusos e suas novas modas de gênero fluido, demigênero, não binário seja o que for, tudo isso tem a ver com quão tóxicos os estereótipos de gênero se tornaram! Por que eles precisam de igualdade [...]?’”

²⁰ Christina Hoff Sommers, a conservadora crítica ao feminismo, foi a primeira a usar “feminismo de gênero” em 1994, até onde sei.

²¹ A pesquisa crítica ao gênero procura desacreditar formas de estudos de gênero que se baseiam em teorias de construção social ou que questionam como a materialidade dos corpos passa a ter significado em contextos históricos. Embora tente libertar as instituições de ensino superior de uma “ideologia” que afirma ter prejudicado o campo dos estudos de gênero, esse ramo de pesquisa também foi acusado de se envolver em comportamento discriminatório contra pessoas trans e não binárias ao rejeitar o trabalho que teoriza a vida delas ou que questiona o modo como a lógica binária delimita as pesquisas sobre sexo. “Crítica ao gênero” parece ser sinônimo de transexcludente, razão pela qual muitas pessoas argumentam que seus principais objetivos são políticos e discriminatórios. Veja o argumento contra a discriminação na seguinte carta: “Letter to the Open University”, Gender Critical Research Network, 29 jun. 2021, disponível em: <<https://www.gendergp.com/open-university-letter-condemns-gender-critical-research-network/>>. Para uma análise sobre o feminismo transexcludente e sua aliança com a direita global, ver Sophie Lewis e Asa Seresin, “Fascist Feminism: A Dialogue”, *TSQ*, v. 9, n. 3, 2022, p. 463-79; e Hidenobu Yamada, “GID as an Acceptable Minority: or, The Alliance between Moral Conservatives and ‘Gender Critical’ Feminists in Japan”, *TSQ*, v. 9, n. 3, 2022, p. 501-5.

²² Ver Aleardo Zanghellini, “Philosophical Problems with the Gender-Critical Feminist Argument Against Trans Inclusion”, *SAGE Open*, v. 10, n. 2, abr.-jun. 2020, p. 1-14.

²³ Ver John Stoltenberg, “Andrea Dworkin was a Trans Ally”, cit.

²⁴ Valeria Bustos et al., “Regret After Gender-Affirmation Surgery: A Systematic Review and Meta-analysis of Prevalence”, *Plastic and Reconstructive Surgery*, v. 9, n. 3, mar. 2021; disponível on-line. Ver também “Regret Rates and Long-Term Mental Health”, *Gender Health Query*; disponível on-line.

²⁵ Ver o comunicado à imprensa “AMA to States: Stop Interfering in Health Care of Transgender Children”, *American Medical Association*, 26 abr. 2021; disponível on-line.

²⁶ Michelle Johns et al., “Transgender Identity and Experiences of Violence Victimization, Substance Use, Suicide Risk, and Sexual Risk Behaviors Among High School Students – 19 States and Large Urban School Districts, 2017”, *Morbidity and Mortality Weekly Report*, v. 68, 25 jan. 2019, p. 67-71; disponível on-line. Ver também “Facts About LGBTQ Youth Suicide”, *The Trevor Project*, 15 dez. 2021; disponível on-line.

²⁷ Azeen Ghorayshi, “England Overhauls Medical Care for Transgender Youth”, *The New York Times*, 8 jul. 2021; disponível on-line.

²⁸ Paisley Currah, *Sex Is as Sex Does: Governing Transgender Identity* (Nova York, New York University Press, 2022).

²⁹ Andrea Long Chu, *Females: A Concern* (Nova York, Verso, 2019).

³⁰ Nazia Parveen, “Karen White: How ‘Manipulative’ Transgender Inmate Attacked Again”, *The Guardian*, Londres, 11 out. 2018; disponível on-line.

- ³¹ Vic Parsons, “Ministry of Justice Dispels Bigoted Myths Around Trans Prisoners and Sexual Assault with Cold, Hard and Indisputable Facts”, *Pink News*, 21 maio 2020; disponível on-line.
- ³² A explicação feminista do estupro como um ato de dominação baseou-se em ideias sobre o poder masculino que permaneceram, em grande parte, indiferentes ao modo como o estupro opera na intersecção entre raça e poder colonial. Ver, por exemplo, o inovador ensaio de Angela Davis “Rape, Racism, and the Capitalist Setting”, *The Black Scholar*, v. 12, n. 6, dez. 1981, p. 39-45 (reimpresso do v. 9, n. 7, abr. 1978). Ver também Elizabeth Thornberry, *Colonizing Consent: Rape and Governance in South Africa’s Eastern Cape* (Cambridge, RU, Cambridge University Press, 2018).
- ³³ Ver, por exemplo, Karin Stögner, “Von ‘Geldjuden’ und ‘Huren’ – Kritik der antisemitisch-sexistischen Ideologie”, *Wissen schafft Demokratie. Schwerpunkt Antisemitismus*, v. 8, 2020, p. 86-93.
- ³⁴ Ver Marquis Bey, *Black Trans Feminism* (Durham, NC, Duke University Press, 2022); Emy Koyama, “The Transfeminist Manifesto”, em Rory Dicker e Alison Piepmeier (orgs.), *Catching a Wave: Reclaiming Feminism for the 21st Century* (Evanston, IL, Northwestern University Press, 2003); Talia Mae Bettcher, “Trans Feminism: Recent Philosophical Developments”, *Philosophy Compass*, v. 12, n. 11, nov. 2017; Susan Stryker e V. Varun Chaudry, “Ask a Feminist: Susan Stryker Discusses Trans Studies, Trans Feminism, and a More Trans Future”, *Signs*, v. 47, n. 3, 2022, p. 789-800.
- * *Butch* é o termo em inglês adotado por comunidades LGBTQIAP+ em todo o mundo para uma expressão de gênero marcadamente masculina usada por mulheres cis não heterossexuais e pessoas trans. (N.T.)
- * J.K. Rowling, “J.K. Rowling Writes about Her Reasons for Speaking out on Sex and Gender Issues”, *J. K. Rowling – In My Own Words* [blog], 10 jun. 2020; disponível on-line. (N. E.)
- ³⁵ Ver “An Open Letter to J.K. Rowling” [Uma carta aberta a J.K. Rowling], do grupo Mermaids, que apoia crianças de gênero diverso e suas famílias: “Sim, há o caso de Karen White, uma mulher transgênero que agrediu sexualmente duas mulheres enquanto cumpria prisão preventiva na penitenciária de New Hall, em Wakefield, mas não se pode ignorar que isso foi uma falha indesculpável na segurança e nos processos de vigilância da prisão e não um motivo para classificar as mulheres transgênero como ameaça. Mulheres abusivas geralmente são colocadas em prisões masculinas devido às medidas de segurança cada vez mais fortes em vigor. Concordamos que se deveria fazer mais para manter as prisioneiras protegidas de ataques de suas companheiras de detenção, sejam elas cis ou trans [...]. É um clichê comum, inexato e, em última instância, destrutivo usar casos tão limitados para acusar de crime todas as pessoas trans e retratá-las como uma ameaça sexual às mulheres cis”. Disponível em: <<https://mermaidsuk.org.uk/news/dear-jk-rowling>>
- ³⁶ Cressida Heyes, “Feminist Solidarity After Queer Theory: The Case of Transgender”, *Signs*, v. 28, n. 4, 2003, p. 1.100: “As feministas que escrevem sobre pessoas transgênero são, como diria Ludwig Wittgenstein, prisioneiras de uma imagem em que a história da fetichização de pessoas trans é combinada com a falta de atenção crítica ao privilégio de uma existência em que o gênero é estável, a fim de apagar a possibilidade de uma política transfeminista e, portanto, a possibilidade de aliança entre feministas trans e não trans. Essa imagem precisa se tornar visível como imagem antes que possa ser dissipada”.
- ³⁷ As estatísticas cambiantes de agressões cometidas por mulheres trans na prisão certamente deveriam ser comparadas, por exemplo, com agressões praticadas por agentes prisionais homens contra as prisioneiras mulheres, bem como com as agressões contra pessoas trans na prisão, de forma mais geral.

- ³⁸ Nora Neus, “Trans Women Are Still Incarcerated with Men and It’s Putting Their Lives at Risk”, *CNN*, 23 jun. 2021; disponível on-line. Ver também o seguinte estudo da Universidade da Califórnia em Irvine: Valerie Jenness, Cheryl L. Maxson, Kristy N. Matsuda e Jennifer Macy Sumner, “Violence in California Correctional Facilities: An Empirical Examination of Sexual Assault”, *Bulletin*, UC Irvine Center for Evidence-Based Corrections, v. 2, n. 2, 2007; disponível on-line.
- ³⁹ S. Kara, “Depathologizing Gender Identity Through Law”, *GATE Series on Legal Depathologization*, n. 1, 2020; disponível on-line.
- ⁴⁰ Gail Lewis e Clare Hemmings, “‘Where Might We Go If We Dare’: Moving Beyond the ‘Thick, Suffocating Fog of Whiteness’ in Feminism”, *Feminist Theory*, v. 20, n. 4, 2019, p. 405-21.